

Ensino de 1º grau: a prioridade maior

PAULO NATHANIEL
PEREIRA DE SOUZA

O ensino de 1º grau que, nos termos da Constituição da República (inciso II do § 3º, do artigo 176), "é obrigatório para todos, dos sete aos catorze anos", integra os sistemas estaduais de ensino e deve ser ministrado gratuitamente pelos Estados e pelos Municípios. A sua importância decorre do fato de que por ele passam ou, pelo menos, deveriam passar todos os brasileiros, sem distinção de sexo, cor, crença ou condição social. Cabe-lhe, como tarefa indeclinável, dotar a sua clientela do instrumental básico para o adequado exercício da atividade social, profissional, intelectual e cívica, razão pela qual a qualidade de vida do povo deste país vai depender diretamente do sucesso ou do insucesso com que se houver, no seu desempenho, esse grau de ensino. Como reconhece o documento intitulado "Metas e Bases Para a Ação do Governo — Presidência da República", há que transformar a educação nacional "em meio poderoso de levar à participação crescente das massas no processo de desenvolvimento, como fator básico de produção e como destinatários dos resultados do progresso, através dos efeitos da escolarização sobre a produtividade de mão-de-obra e sobre a capacidade de ganho dos indivíduos". A maior responsabilidade nessa empreitada cabe ao ensino de 1º grau, visto que nele tem a maioria esmagadora dos brasileiros a única experiência de escolarização formal em toda a sua existência. Poucos são os que transitam para o 2º grau, pouquíssimos os que alcançam a universidade. Sua função maior, além de dotar a infância e a adolescência das técnicas de ler, escrever e contar — instrumentos básicos da cultura humana —, e de dar-lhes uma primeira visão sistêmica da vida, o que lhes será de fundamental importância para toda a existência, se exerce na missão de integrar toda a sua clientela na nacionalidade brasileira, fazendo da transmissão da herança comum a argamassa cívica da identidade pátria. Daí por que não se exagera em dizer que esse grau de ensino deve ser tido por todos como a prioridade número um da política educacional do Brasil.

Esse grau de ensino, sempre muito louvado em prosa e verso, não alcançou,

ainda entre nós, todo o prestígio que lhe é devido. Fala-se com ênfase na sua prioridade mas age-se sem muita ênfase na hora de objetivar-se essa prioridade. E em vez de merecer toda uma concentração de recursos e atenções da parte dos governos, vê-se, não raro, postergado por opções de ordem material nos planos de ação e, o que é pior, na esfera da própria política educacional, sacrificam-se suas urgências, para, em seu lugar, dar atendimento preferencial a reclamações de outros graus de ensino. Até parece que há gente querendo provar a tese absurda de que é possível, antes, fazer-se o desenvolvimento econômico do País, para, depois, investir-se na educação do povo!

O ensino de 1º grau no Brasil alinha-se entre os mais deficientes do mundo. Poucos dias letivos por ano, poucas horas de aula por dia, professores despreparados, didáticas inadequadas, currículos e programas quase sempre desligados dos reais interesses e necessidades dos alunos, muita teoria e quase nenhuma prática, excesso de formalismo pedagógico e pouco assistência escolar, taxas altíssimas de evasão e reprovação, tudo isso compoem um painel de cores negras a exigir mudanças radicais e urgentes. Se se exagera em caracterizá-la como uma empresa falida, não se estará longe da verdade ao inquiná-la de imprudente e gravosa nos seus resultados.

Cálculos feitos pelos serviços de estatística educacional indicam que, em média, de cada mil alunos matriculados na 1.ª série desse grau de ensino, apenas 97, dada a ação conjugada da evasão e da reprovação, têm chegado ao final da 8ª série. Cabe, aqui, uma pergunta bastante desagradável de se fazer: como pode ser útil ao desenvolvimento do país um ensino que não aproveita, como produto final, nem 10% da população que lhe é entregue para receber formação social, intelectual, cívica e profissional? Dispensamo-nos de formular qualquer resposta!

De há muito se denuncia nos meios educacionais brasileiros mais responsáveis a inadequação dos currículos e programas adotados pela escola de 1º grau, em confronto com os fins desse grau de ensino e com as aspirações e interesses do alunado. Transplantados em grande parte da experiência vivida por países de realidades diversas das nossas e fortemente permeadas da

influência do *dernier cri* pedagógico da França, da Suíça, da Inglaterra ou dos Estados Unidos, tudo sem que se proceda a uma cuidadosa redução sociológica dos transplantes, as idéias que comandam a instituição desses currículos e programas junto aos sistemas de ensino pagam o alto preço da alienação e da falta de objetividade em seus propósitos. Nem sempre se levam em conta as condicionantes da vida escolar, a saber: as condições físicas e mentais dos alunos, sua heterogeneidade sócio-econômica, os horários e os dias letivos disponíveis para o funcionamento da escola, o estilo de vida da comunidade e suas necessidades, a capacitação dos professores, o equipamento de apoio didático, etc. Citam Eurides Brito da Silva e Anna Bernardes da Silveira Rocha, em seu livro *A Escola de 1º Grau*, editado em 1973, pela Bloch Editores S/A, um ensaio escrito pela pedagoga Maria Avany da Gama Rocha e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (nº 106), "em que a autora faz um estudo comparativo dos programas de ensino primário do Brasil com os de outros países tidos como avançados em educação (EUA, França, URSS, Suécia, Suíça). Verificou-se que os programas brasileiros eram por demais pretensiosos, chegando a autora ao melancólico pronunciamento: considerando o caráter altamente seletivo de nossa escola primária, e os resultados do presente estudo, parece clara a conclusão de que se a nossa escola primária persistir em seus programas mal dosados, situação que se agrava pela existência de padrões de avaliação inadequados, formação precária de grande parte do professorado e carga horária raduzidíssima, está fadada ao fracasso".

Excessivamente preocupada com aspectos sofisticados da composição curricular, terrivelmente equivocada na sua crença de que ensinar bem é o mesmo que ensinar muito, extremamente padronizada nos seus processos didáticos e de avaliação voltados para o chamado aluno médio, que não passa de uma ficção pedagógica calcada em medidas educacionais de povos mais desenvolvidos, escandalosamente seletiva e discriminatória em relação à clientela, sem embargo de dizer-se democrática e de proclamar-se aberta a todos, a escola de 1º grau, no Brasil, perdeu a sua capacidade essencial, que, no fundo, é a tarefa intransferível que só a ela pertence: de ensinar as

crianças a ler, escrever e contar. Há que fazê-la retomar esses objetivos na simplicidade de que se devem revestir, sob pena de termos, a curto prazo, toda uma sociedade em nível de Mobral!

E tem mais: é preciso substituiu a demasia da teorização pela prevalência das atividades, no dia-a-dia do processo ensino-aprendizagem. A didática da sala de aula, do giz e do quadro-negro, da voz e da saliva, deve abrir-se para a realidade que rodeia os alunos, levando-os à observação direta das cousas e das situações com que convivem. Quando se der à prática uma efetiva predominância no horário escolar, os bons resultados do ensino aparecerão com surpreendente brevidade.

É preciso refletir um pouco sobre isso tudo e, atendendo às peculiaridades do nosso meio e da nossa criança, modificar o que se vem fazendo com tão parcos resultados, a fim de dar à escola de 1º grau a autenticidade e a eficiência que dela esperam as novas gerações brasileiras.

Com um mínimo de 180 dias letivos e 720 horas de aula por ano — isso quando se alcançam esses totais, porque há escolas funcionando em alta rotatividade com até cinco turnos por dia, dando de duas a três horas diárias de aula para seus alunos — não se pode esperar grande eficiência da escola brasileira de 1.º grau.

O ideal seria deter todas as crianças no recinto da escola por, pelo menos, 4 horas diárias, já que pensar em 6 seria utópico para as atuais condições do País (embora algo devesse ser feito para estender além desse limite a carga horária, pelo menos, das séries iniciais). Urge que essa vergonha dos turnos escolares curtíssimos, ainda presentes em alguns casos, cesse definitivamente, devendo haver, para tanto, melhor entrosamento dos recursos do Estado, do Município e da Comunidade. Seria o mínimo a conquistar-se, desde logo, nestes Brasis, em termos de qualificação do ensino.

Ao invés de se cuidar de aspectos, como esse, que são fundamentais para a boa escolarização, perdem-se, por vezes, tempo e recurso, com medidas ilusoriamente positivas, como é o caso dessa pedagogia aritmética, segundo a qual apenas a limitação da matrícula a poucos alunos por classe resultaria em melhoria do ensino. A não ser nas séries iniciais, onde seria desejável um atendimento tanto quanto possível indivi-

dualizado ao aluno, nas demais, que se situa, do meio para o fim do curso, a questão não chega a ter muita relevância, para justificar o que impropriamente se chegou a batizar com o nome de *modelo pedagógico*. Mais importante do que ter 20 ou 30 alunos por classe, obrigando escolas a funcionarem em múltiplos turnos diários por falta de vagas para toda a clientela ou forçando um programa dispendioso e maciço de construções escolares, é reter as crianças por mais tempo no recinto escolar, subtraindo-as às más influências da rua e dando atendimento mais amplo a suas inúmeras necessidades.

Outro aspecto que não deve passar em branco diz respeito ao tratamento diferenciado que devem ter as diferentes séries do ensino de 1º grau. Não sendo possível garantir-se uma carga horária de seis horas de aula a todos os alunos, deve haver um esforço para que isso aconteça, pelo menos, nas séries iniciais, a saber, na 1ª e na 2ª, eis que por elas transita o grosso dos alunos matriculados. A partir da 2ª. e, mais intensamente, da 3ª. série, o quadro de matrícula se afunila de repente, tendo em conta as desistências e as reprovações, remanesecendo, daí para frente, menos de 50% do contingente que iniciou a 1ª série. Logo, é naquela fase da escolarização que se devem concentrar as maiores atenções dos pedagogos e dos estudiosos. Há que qualificar prioritária e rapidamente esse segmento do curso, que é o mais abrangente em termos de atendimento da clientela. Para ele se devem dirigir, não apenas os programas de assistência escolar, como ainda as atenções quanto à alfabetização, à educação física, ao comportamento social e cívico das crianças, e outros aspectos igualmente importantes da ação da escola.

Aqui, sim, terá amplo alcance a conjugação destas duas medidas quantitativas: menos alunos por classe mais horas diárias de atividade escolar.

Como assinala Isabelle Deblé, em estudo que realizou (*Relatório Técnico nº 21 — Análise Quantitativa do Ensino Fundamental do Brasil*, 1976, por encomenda do Centro Nacional dos Recursos Humanos no Brasil (C.N.R.H.):

"O conteúdo do ensino, na maioria das vezes, é inadaptado à idade exigida para a 1ª série. As condições de recrutamento dos alunos e mestres e modalidades de funcio-

namento do primeiro ano explicam esse fato. Os estabelecimentos são muito seletivos e sua implantação os leva a recrutar o aluno em função de sua classe social. Tudo que uma criança adquiriu num meio culturalmente alto ajuda a assimilar o programa, sendo comum esta criança beneficiar-se, além do mais, de 50% de horas suplementares semanais. A criança de meio modesto, muitas vezes analfabeta, frequenta a escola durante um número de horas demasiadamente limitado para seguir um programa de nível elevado.

Mesmo no meio urbano e suburbano, os alunos frequentam a escola durante três, ou, no máximo, quatro horas diárias. Nestas condições, o ritmo previsto só pode ser seguido pelo aluno que pertence a uma classe social cultivada e remediada, excluindo algumas experiências limitadas onde excelentes professores que encontraram apoio conseguem superar estas insuficiências."

A consequência deste estado de coisas é óbvia, só não vindo quem não quiser ver: como a massa do alunado de 1º grau na escola pública advém das camadas populares mais carenciadas, é nas séries iniciais que se há de proporcionar reforço de todo o tipo, quer no que diz respeito à assistência escolar (merenda, cuidados médicos-odontológicos, etc.) quer no que tange aos aspectos didático-pedagógicos (maior carga horária, ensino individualizado, etc.). Quanto aos alunos mais bem dotados, seria possível submetê-los a programações de avanços curriculares bem dimensionados, quer em aprofundamento de conhecimentos quer em velocidade de aprendizagem.

Foi em 1927 que Miguel Couto, numa famosa conferência pronunciada no Rio de Janeiro, a convite da Sociedade Brasileira de Educação, fez a afirmativa que serviu, aliás, de título ao trabalho: "No Brasil só há um problema nacional — a educação do povo". São passadas cinco décadas sobre a data em que esse brado de alerta ecoou pelo País e o grande problema nacional continua sendo o mesmo. Se naqueles tempos havia carência de escolas, hoje as temos em razoável quantidade, porém carentes da qualidade indispensável à boa execução do projeto brasileiro de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do seu povo. Urge, pois, qualificá-las, para desatualizar Miguel Couto a atualizar o Brasil.